

Quatro tribunais respondem por metade do movimento judicial do país

O *Justiça em Números de 2011* trouxe duas notícias boas e outra ruim. A primeira boa notícia é que o número de casos novos ingressados na Justiça está crescendo a um ritmo mais lento. A segunda é que os juízes do país estão julgando mais. Já a notícia ruim é que o estoque de processos em tramitação no país continua a crescer a uma velocidade alarmante (a maior do que o CNJ).

Litigiosidade				
Variável	Estadual	Federal	Trabalho	Total
Casos novos	17.7 milhões	3 milhões	3.3 milhões	24.2 milhões
Casos pendentes	48 milhões	8 milhões	2.8 milhões	59.1 milhões
Sentenças	15.8 milhões	2.9 milhões	3.4 milhões	22.2 milhões

Uma notícia que não é boa nem ruim, mas simplesmente espetacular é que 60% do movimento processual do país está concentrado em quatro tribunais, os chamados tribunais de grande porte da Justiça Estadual. São eles, os Tribunais de Justiça de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Segundo o *Justiça em Números*, o estoque de processos nestes tribunais, ao final de 2010, era de 29 milhões de unidades. Somados os estoques dos outros 52 tribunais e de suas respectivas varas de primeiro grau da Justiça Federal, Trabalhista e Estadual, chega-se a um total de 31 milhões de processos. Ou seja, os quatro grandes respondem por 48% da movimentação de processos do país. (O estoque foi calculado somando-se o número de casos novos com o de casos pendentes e subtraindo o número de sentenças terminativas proferidas em 2010). No ano passado, a Justiça brasileira pôs fim a 22 milhões de processos.



Os Quatro Grandes

	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Total
Casos novos	5.3 milhões	2 milhões	1.5 milhões	2.2 milhões	11 milhões
Casos pendentes	16.4 milhões	8 milhões	3.2 milhões	2.3 milhões	30 milhões
Sentenças	4.3 milhões	2.5 milhões	1.4 milhões	1.4 milhões	10 milhões

Outra constatação que chama a atenção é o enorme peso da Justiça Estadual nos números globais. A Justiça Comum responde por 73% das novas ações ingressadas em 2010, por 81% dos casos pendentes e por 71% das decisões proferidas. São Paulo, sozinho, é responsável por um terço destas cifras.

Execução

Como mostrou [reportagem](#) da **ConJur**, na segunda-feira (29/8), a execução continua sendo o grande gargalo da Justiça: "O relatório, que traz os números de 2010, mostra que a taxa de congestionamento da execução em primeira instância é de 84%. No caso das execuções fiscais, o volume é ainda maior: 91% de congestionamento." E continua o texto: "De cada 100 cidadãos ou empresas que procuram o Poder Judiciário, 84 podem até sair com uma decisão judicial favorável em primeira instância, mas não conseguirão fazer valer, de fato, seus direitos."

Trabalho

A Justiça do Trabalho é a que tem os melhores índices de eficiência. É o único ramo da Justiça que consegue julgar um número maior de processos do que o número de processos novos que ingressam. Em 2010, foram 4% a mais de sentenças do que o de casos novos — pouco, mas suficiente para reduzir o estoque de processos em tramitação em cerca de 140 mil processos.

Federal

A Justiça Federal está se aproximando desta meta. Em 2010, as sentenças proferidas representaram 91% do total de novos processos. Isso significa que o estoque de processos, que já é quase três vezes maior do que a capacidade de julgamento dos juízes, está aumentando. A carga de trabalho dos desembargadores federais é a mais alta do Judiciário brasileiro: são quase 12 mil processos para cada julgador, em média (contra cerca de 2 mil para os colegas da Justiça Comum e do Trabalho). No primeiro grau, a situação é menos dramática, mas não cômoda: estão à espera de julgamento no gabinete de cada juiz federal, em média 4,4 mil processos (contra 5,9 dos juízes estaduais e 2,4 dos trabalhistas).

Juizados

Os números mostram ainda o colapso que ameaça os Juizados Especiais. Criados para acelerar a solução de casos de baixa complexidade e de pequeno valor, os Juizados Especiais Federais já estão suplantando o volume de processos recebidos pela Justiça Federal de primeiro grau. Em 2010, foram 1,3 milhão de processos novos nos JEFs contra pouco mais de 900 mil na primeira instância. Mas enquanto a primeira



instância tem um estoque de 4,6 milhões de processos à espera de julgamento, nos JEFs a lista de espera só tem 1,7 milhão.

Nos Juizados Especiais estaduais a situação é menos dramática, mas igualmente preocupante. O movimento de ações nos Juizados já corresponde a um terço do movimento da primeira instância.

Custos

O levantamento mostra ainda quanto custa o sistema de Justiça no país: R\$ 41 bilhões. Representa 1,12% do PIB nacional e corresponde a uma despesa média de R\$ 212 por cidadão brasileiro ao ano.

Despesas				
Variável	Estadual	Federal	Trabalho	Total
Total	R\$ 23,9 bilhões	R\$ 6,5 bilhões	R\$ 10,7 bilhões	R\$ 40 bilhões
em relação ao PIB	0,65 %	0,18 %	0,29 %	1,12 %
por habitante	R\$ 124,00	R\$ 34,00	R\$ 55,00	R\$ 212,00

Pessoal

A prestação da Justiça no país está a cargo de 16.804 juízes e desembargadores. Desse total, cerca de 12 mil estão na Justiça Estadual. Ainda em relação ao total, 14,4 mil são juízes de primeiro grau e 2,3 mil são desembargadores. Além disso, há 321 mil servidores, dos quais 207 mil são

Recursos humanos				
Variável	Estadual	Federal	Trabalho	Total
Magistrados	11.938	1.749	3.117	16.804
Servidores	236.578	37.990	47.395	321.963
Total	248.516	39.739	50.512	338.767



Resumo

Resumindo tudo em números: são 338 mil homens com um orçamento de R\$ 41 bilhões às voltas com 60 milhões de processos para atender 190 milhões de brasileiros.

Date Created

01/09/2011